

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (*)

GAGÉ (Jean). — *La chute des Tarquins et les débuts de la république romaine*. Paris, Payot, 1976. 265 pp.

A crítica histórica desde há um século, aproximadamente, vem analisando as narrativas “analísticas” referentes ao período abrangendo os 30 anos que marcaram o início da República romana, a respeito dos episódios através dos quais Roma passou da fase monárquica, dos reis etruscos para o governo republicano e consular. Nesta obra, resultado de 25 anos de pesquisa e reflexão contínuas, Jean Gagé recusa-se a endossar as idéias recebidas e propõe para esta época novo enfoque crítico, recolocando várias questões.

O Autor coloca em questão o valor dos dados biográficos fornecidos pela analística para personagens como um Spurius Cassius ou um Coriolano. Considera que a idéia segundo a qual as grandes “gentes” dos séculos mais recentes haviam povoado os antigos anais com heróis criados, verdadeiras antecipações de algumas figuras reais, apresenta resultados medíocres quando procura explicar, por exemplo, o campeão plebeu que foi Spurius Cassius ou o trãsfuga que deve ter sido Coriolano. Após uma longa crítica dos primeiros Fastos, conclui que é necessário reconhecer, ao menos quanto ao essencial, a sua autenticidade. Ele contraria autores como André Piganiol que em sua obra *História de Roma* (Buenos Aires, Eudeba, 1976, pp. 80-81) afirma:

“O estudo dos acontecimentos do século V relatados pelos antigos prova que amiúde se trata de repetições de acontecimentos muito mais recentes; até pode acontecer que os próprios analistas se inspiraram algumas vezes em acontecimentos da história grega ou ainda da história siciliana ou latina”. Prossegue Piganiol: “É comprovado que a lista dos epônimos foi fixada somente em fins do século IV; os modernos atribuem essa redação ao edil Flávio (304). Pode-se comprovar, com efeito, que todos os grandes personagens que viveram nos tempos de Flávio conseguiram atribuir-se antepassados ilustres: Junius Brutus, cônsul em 317/315; 313/311; 311/309 e censor em 306/305, converteu-se no primeiro cônsul de Roma; Valério, personagem importante, cônsul em 355/1, 353/349, 352/348 e 348/4, é provavelmente o modelo de Valério Publícola, cônsul em 508; ...”.

(*) . — Solicitamos dos Srs. Autores e Editores a remessa de suas publicações para a competente crítica bibliográfica. (*Nota da Redação*).

A presente obra é composta de oito capítulos. O primeiro analisa a política dos Tarquínios no Capitólio: a eliminação dos rituais sabinos do ciclo “petroniano” e a introdução dos *libri Sibyllini*. O ponto de vista defendido pelo Autor é que Tarquínio *Superbus* a partir de seu novo Capitólio procurava eliminar influências políticas e religiosas dos sabinos.

Rituais “petronianos” haviam se instalado em Roma sobretudo no antigo Capitólio. São eles que Tarquínio encontrou e substituiu em sua grande construção do Capitólio; os grupos sabinos tendiam a considerá-los como quase nacionais. A política de Tarquínio-o-Soberbo no Lácio e seu desejo de excluir toda nova infiltração sabina coadunam-se, como pensa o Autor, com a escolha religiosa que fez: os novos livros “sibilinos”, principalmente gregos, substituíam os antigos rituais.

No capítulo II o Autor estuda o fato de que a Revolução que em fins do século VI a.C. derrubou a monarquia como forma de governo, instalando em seu lugar uma magistratura republicana, não se originou de uma revolta urbana, de uma crise desenvolvida no interior da cidade de Roma, mobilizando elementos populares. Todas as narrativas concordam que o movimento irrompeu fora de Roma, entrando na Urbs a partir dos campos do Latium.

Há incerteza quanto à data deste evento. A fixação dos cálculos da analítica em 509 a.C. é uma convenção aceitável para o Autor, o qual não concorda com a posição de outros autores, que fazem baixar de várias dezenas de anos a data deste fato ou fazem distinção entre a data da queda do monarca Tarquínio-o-Soberbo, e a data do final do regime etrusco, por ele representado em dado momento.

Estuda ainda as funções de um Lucretius e de um Brutus sob a tirania etrusca, e qual o valor das versões em que a tradição mostra, surpreendentemente, as anteriores ligações de tais personagens com o regime por eles derubado.

O capítulo III refere-se a Poplicola, colocando a questão: seria ele colega de Brutus no consulado ou o *magister populi* do Campo de Marte? Inicia-se pelo estudo das formas primitivas de adestramento da juventude militar. Diz Gagé:

“Não forçaremos a historicidade positiva de toda a vida de Poplicola, mas estudaremos mais de perto suas funções e, comparando sobretudo com os papéis atribuídos a Brutus, procuraremos medir a participação, representada por sua pessoa, de instituições “pré-políticas”, na fundação da República”.

A revolução republicana, provocada a partir dos campos do Latium e da fortaleza de Collatia, havia encontrado às portas de Roma uma autoridade específica já constituída: um chefe responsável pelo recrutamento e treinamento da juventude mobilizável, um *magister populi*. Valerius Poplicola é, sem dúvida, menos que um cônsul regular, mas muito mais do que uma figura lendária.

Segundo o Autor, seu título legal era o de *magister populi*, o chefe mais influente junto aos jovens da IUVENTUS não especializados nas organizações equestres e, sem seu apoio, Brutus e o clã dissidente dirigido pelos Lucretii não teriam facilmente abatido a “tirania”.

No capítulo IV é feita uma reflexão mais profunda sobre a política de Tarquínio-o-Soberbo em relação à plebe urbana, baseando-se na interrelação que as narrativas deixam entrever — sem admitir diretamente — entre o financiamento das obras do Capitólio e os meios de subsistência da plebe. Estes trabalhadores plebeus inicialmente residiam em Roma? Esta população teria permanecido na cidade após a queda do tirano? Estuda ainda a existência de devotos ou protegidos de Vulcano e de colégios sob a denominação de Mercurio; existiam, entre os primeiros, verdadeiros *fabri* e verdadeiros *mercatores* entre os últimos. Inclui-se neste capítulo uma discussão sobre os *debitores*: em quais circunstâncias e sob qual forma essas dívidas puderam ser contraídas por homens do povo?

A figura de Spurius Cassius Vecelinus e as reivindicações agrárias da plebe romana no início do século V a.C. formam o capítulo V. Nele é investigada a origem de Spurius Cassius e os comandos militares de tipo popular nas tradições do Latium. Conclui o Autor considerando Spurius Cassius como o representante de uma categoria popular em via de desaparecimento no Latium.

Gagé apresenta no capítulo VI o conflito entre o aristocrata-guerreiro que é Coriolano e a “plebe frumentária” de Roma; não considera que o episódio seja uma antecipação arbitrária de usos bem posteriores, talvez uma elaboração retrospectiva da época dos Gracos. Coriolano contesta a uma plebe estabelecida ou refugiada em Roma o direito sobre o trigo colhido em terras por ele conquistadas ou defendidas.

Discordando de críticos modernos, Jean Gagé aceita a autenticidade das distribuições frumentárias em Roma nesta época por ele estudada. A importância do culto de Ceres seria função da necessidade que a jovem República experimentava em alimentar convenientemente a população da Urbs e o *exercitus* em campanha, ou seja, em ligar a si populações rurais do vizinho Latium.

A maioria dos plebeus de Roma, nesta geração, seriam homens da Cidade, sem dúvida desempregados depois da partida dos Tarquínios e da suspensão dos grandes trabalhos edilícios. Admite que os movimentos de reorganização das cidades latinas, após a “batalha do lago Régilo” tiveram por resultado o desenraizamento de uma parte dos camponeses de algumas regiões do Latium; a política dos patrícios na Roma republicana e particularmente os princípios usados na repartição das tribos talvez tenham contribuído para fazer cair nesta plebe grupos outrora estabelecidos em atividades ligadas à terra.

O papel desempenhado pelo clã patrício dos Fábios com seus “clientes” e o primeiro ciclo das guerras com Veios é focalizado no capítulo VII. No período

de 507-482 ocorrem lutas dos romanos com os povos vizinhos; as sedições da plebe dependiam das condições dessas campanhas militares.

O nome dos Fabii fixa-se nos Fastos em seguida ao oferecimento que os mesmos fizeram ser aceito pelo Senado de se incumbirem sozinhos, eles e seus clientes, da pesada tarefa da *bellum Veins*. O Autor relaciona dois acontecimentos: no interior a eliminação de Spurius Cassius e no exterior a reabertura da frente da guerra etrusca além-Tibre. Apresenta ainda observações sobre as conseqüências indiretas da criação das tribus rústicas em 495 a.C., entre elas o enquadramento dos plebeus como “clientes” dos chefes patrícios.

Considerações sobre problemas econômicos como os *thesauri* metálicos do Capitólio e conflitos sobre o regulamento das multas (*multae*) encerram a obra, a qual é completada por um *Index Nominum et Rerum Notabilium*, por “Vocabulos relativos às mais antigas instituições sociais e religiosas”, e por um mapa de Roma e do Latium.

MARIA LUIZA CORASSIN

* * *

GUTHRIE (W. K. C.). — *Les Sophistes*. Tradução do inglês por J. P. Cottereau. Paris. Payot, 1976, 347 pp.

No início do capítulo XI — *Les Hommes*, onde apresenta um resumo biográfico dos principais componentes humanos da sofística (Protágoras, Górgias, Pródicos, Hípias, Antifon, Trasímaco, Críticas, Antístenes, Alcidas e Licofron) — o autor nos apresenta o princípio ordenador de sua obra:

“Au cours des chapitres précédents, de nombreuses positions des Sophistes et de leurs contemporains ont été présentées dans une discussion sur les principaux problèmes d'intérêt philosophique du Ve. siècle. La priorité donnée a cette discussion sur la prise en consideration de chaque penseur en particulier...”.

Dessa forma, o capítulo II — *Questions d'actualité* — é dedicado aos fatores históricos promotores da sofística: a vitória grega sobre os bárbaros e o progresso técnico-material fizeram com que os atenienses tomassem consciência da sua potencialidade, e, ao realizá-la, imediatamente metamorfosearam-na em imperialismo; por outro lado, a própria evolução da democracia ateniense (a ampliação do quadro de participação política e a remessa da direção política à atuação oratória) instaurou a necessidade prática da pedagogia sofística.

Já o capítulo III. — *Qu'est-ce qu'un sophiste?* — é orientado no sentido de delimitar o objeto mesmo da obra: o que são os sofistas, quais seus métodos pedagógicos, quais os temas principais por eles abordados, e finalmente como os focalizam Platão e Aristóteles.